

...continuação

a) Consórcio Águas Lindas

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Águas Lindas em 07 de abril de 2003, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lote 36 a 38, Salas 01 a 04, Setor 01, município de Águas Lindas de Goiás, CEP 72.910-000. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as Companhias consorciadas.

O consórcio tem por objetivo específico traçar as diretrizes para efetivação dos estudos, análises e providências para exploração econômica e implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e processos, incluindo a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Águas Lindas de Goiás.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentadas em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

Este consórcio se enquadra na modalidade operação em conjunto (joint operation). Segundo o CPC 19 itens 14 e 15, as partes integrantes que têm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. Conforme o estatuto, a participação das consorciadas é igualitária em 50%, no entanto a mesma está desproporcional. Em 31 de dezembro de 2021 a consorciada Caesb detém 47,65% e a Saneago 52,35%. (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 50,28% e a Saneago 49,72%), sendo que a diferença está reconhecida atualmente no ativo não circulante da Saneago, conforme tabela acima.

Abaixo os valores patrimoniais do consórcio reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações contábeis linha a linha:

Balanco Patrimonial - Consórcio Águas Lindas				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.134	1.495		
Créditos a Receber de Usuários	16.822	14.716	3.568	2.312
Despesas Antecipadas	677	677	493	464
Almoxarifado	350	410	11.477	16.550
	19.983	17.298	15.538	19.326
Não circulante				
Ativo Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber de Usuários	1.172	861	41	370
Depósitos Judiciais	-	225	41	370
Despesas Antecipadas	17.597	18.264		
	18.759	19.350		
Imobilizado e Intangível				
Imobilizado	95	115	96.253	88.791
Intangível	87.735	88.695	87.616	89.802
Ativo de Contrato	72.876	72.831	183.869	178.593
	160.706	161.641		
Total do ativo	199.448	198.289	199.448	198.289
Passivo Circulante				
Aportes a Realizar - Fornecedores			3.568	2.312
Obrigações Trabalhistas			493	464
Parcelamento			11.477	16.550
			15.538	19.326
Não circulante				
Provisão para Demandas Judiciais			41	370
			41	370
Patrimônio líquido				
Fundo de Participação Saneago			96.253	88.791
Fundo de Participação Caesb			87.616	89.802
			183.869	178.593
Total do passivo			199.448	198.289

b) Consórcio Corumbá

As Companhias Saneago e Caesb constituíram o Consórcio Corumbá em 17 de setembro de 2009, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. Sua constituição está embasada nos artigos 278 e 279 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

O consórcio tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá e visa atender as demandas dos serviços públicos de abastecimento de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental no Estado de Goiás, e das cidades satélites Gama e Santa Maria no Distrito Federal.

Sua administração é exercida por um conselho diretor que tem dez membros com representação paritária e por uma Gerência Executiva que constituirá unidade de gestão administrativa e operacional dirigida por dois gestores. O prazo de duração é de 30 (trinta) anos renováveis por períodos iguais e sucessivos. Em 31 de dezembro de 2021 a consorciada Caesb detém 50,34% e a Saneago 49,66%, (em 31 de dezembro de 2020 a consorciada Caesb detém 61,12% e a Saneago 38,88%), sendo que a diferença está reconhecida no passivo não circulante da Saneago, conforme tabela acima.

Abaixo os valores patrimoniais do consórcio reconhecidos pela Companhia em suas demonstrações contábeis linha a linha:

Balanco Patrimonial - Consórcio Corumbá				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante				
Almoxarifado	67		1.910	1.414
	67		1.910	1.414
Não circulante				
Ativo Realizável a Longo Prazo				
Imobilizado				
Bens de uso geral	13.261	13.207	216.965	166.212
Obras em andamento	392.911	383.140	219.956	261.246
Obras em andamento - PAC	32.592	32.525	436.921	427.458
	438.764	428.872	436.921	427.458
Total do ativo	438.831	428.872	438.831	428.872
Passivo Circulante				
Aportes a realizar - Fornecedores			1.910	1.414
			1.910	1.414
Patrimônio líquido				
Fundo de Participação - SANEAGO			216.965	166.212
Fundo de Participação - CAESB			219.956	261.246
			436.921	427.458
Total do passivo			438.831	428.872

27. ADIANTAMENTO CONTRATUAL

Contratação de instituição bancária, privada, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços para processar créditos de pagamentos de salários, férias, adiantamentos de viagens, pensões e similares dos empregados da Saneago, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A contratada pagou à Saneago pelo serviço licitado a quantia de R\$ 9.970 em parcela única, sendo o prazo de vigência do contrato de 60 (sessenta) meses a partir de 1 de junho de 2017. O saldo pendente de R\$ 831 em 31 de dezembro de 2021 refere-se a 5 parcelas no valor de R\$ 166 mil, correspondente ao período de janeiro/2022 a maio/2022 (saldo de R\$ 2.825 relativo a 17 parcelas de mesmo valor em 31 de dezembro de 2020).

28. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Cauções	667	810
Outras contas (a)	12.725	14.919
	13.392	15.729

(a) Refere-se principalmente a provisão de remuneração de concessão devidas às prefeituras além de outras despesas provisionadas ainda não faturadas.

29. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, tributárias e trabalhistas classificadas como prováveis de perdas e devidamente provisionadas de acordo com a Deliberação da CVM 594/09 e CPC 25 conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos Cíveis	105.757	49.438
Processos Tributários	24.146	13.084
Processos Trabalhistas	101.756	81.984
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.498	1.090
	233.157	145.596

Abaixo a movimentação das provisões:

	Saldo 31/12/2020	Provisões/Reversões Reconhecidas	Saldo 31/12/2021
Processos Cíveis (a)	49.438	56.319	105.757
Processos Tributários	13.084	11.062	24.146
Processos Trabalhistas (b)	81.984	19.772	101.756
AGR - Agência Goiana de Regulação	1.090	408	1.498
Total	145.596	87.561	233.157

Conforme o melhor prognóstico dos advogados responsáveis pelas causas, de acordo com Instrução Normativa da Companhia, as causas que tiveram maior impacto foram:

a) Minaçu

Trata-se de multa ambiental datada de 2002 com inscrição em dívida ativa do município e para o qual foram, dentro das matérias possíveis de discussão, opostos embargos à execução. Os embargos foram julgados improcedentes, no entanto havia expectativa de reversibilidade desta decisão por meio de interposição de recurso pela Saneago. O prognóstico de perda antes possível, foi alterado para provável fundamentado no não reconhecimento em 15 de janeiro de 2021 do recurso interposto aos embargos e na conjuntura processual atual cujos recursos cabíveis não tem capacidade de afastar questões de mérito. A expectativa de pagamento deste processo é a médio prazo e em dinheiro. Dação em pagamento ou parcelamento do crédito tributário depende de autorização legislativa municipal.

b) STIUEG

Em março de 2021 o Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários do Estado Goiás ajuizou três ações coletivas, que discutem o descanso dos operadores de sistema da Companhia no período de março de 2016 a fevereiro de 2021. O prognóstico de perda foi baseado em ações anteriores em que houve condenação (correspondente ao período de 2011 a fevereiro de 2016), aliada à persistência de cenário fático. A administração aplicou medidas no sentido de evitar litígios futuros em situações semelhantes.

Além das principais ações provisionadas citadas acima, ocorreu em 2021 reversão de provisão no valor de R\$10.000 mil referente a causa de cobrança indevida de hidrômetros movida pelo Ministério Público. Houve acordo para pagamento de indenização no valor de R\$ 6.825 mil o qual já foi quitado.

As principais causas provisionadas em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

Natureza	Processo	Descrição	Autor	Estimativa
Civil	0421373-37.2007.8.09.0103	Execução fiscal certidão da dívida ativa	Pref de Minaçu	75.123
Trabalhista	0010242-85.2016.5.18.0016	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	31.050
Trabalhista	0011614-8.2016.5.18.0004	Ação Coletiva pleiteando Repouso Semanal Remunerado	STIUEG	23.000
Trabalhista	0010341-76.2021.5.18.0017	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	17.250
Tributária	0026826-44.2018.4.01.3500	Execução Fiscal	Cons Reg. De Química	11.455
Trabalhista	0010242-39.2021.5.18.0007	Execução Fiscal	STIUEG	8.800
Tributária	10120.734564/2018-74	Auto de Infração	Receita Federal	7.427
Trabalhista	0010243-24.2021.5.18.0007	Ação Coletiva pleiteando o pagamento de Intervalo interjornada	STIUEG	5.500
Trabalhista	0011237-62.2015.5.18.0007	Ação Coletiva Pleiteando Indenização Higieneização de Uniformes	STIUEG	3.450
Tributária	5377963-81.2018.8.09.0158	Pagamento de Certidão de Dívida Ativa Nº 717	Pref. Sto Ant. Desc.	3.398
Trabalhista	0010348-13.2021.5.18.0003	Ação - Pagamento de reflexos do Sobreaviso Férias e 13º Sal.	STIUEG	3.300
				189.753

Causas Possíveis

Estas não são provisionadas, porém são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Estimado	Qtde.	Valor Estimado	Qtde.
Ambiental	44.916	32	-	-
Cível	90.870	764	183.453	1.296
Regulatória	766	41	335	10
Trabalhista	28.376	92	4.467	11
Tributária	675.838	12	552.226	10
	840.766	941	740.481	1.327

As principais causas possíveis estão elencadas no quadro a seguir:

Processo	Autor	Matéria	Valor
0057557-58.2003.8.09.0051	Município de Goiânia	Tributária	367.300
0281694-13.2009.8.09.0051	Município de Goiânia	Tributária	241.870
0350138-73.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal de Minaçu	Tributária	65.966
5182910-61.2019.8.09.0051	Ministério Público do Estadual	Ambiental	25.050
0350155-12.2008.8.09.0103	Prefeitura Municipal de Minaçu	Civil	22.122
0011388-6.2021.5.18.0011	STIUEG	Trabalhista	15.000
0251149-53.2009.8.09.0117	Eco Engenharia Ltda.	Civil	14.194
0215530-65.2004.8.09.0011	Ministério Público	Ambiental	12.247
0400750-30.2015.8.09.0051	Saalva - Associação Dos Amigos Do Residencial Aldeia Do Vale	Civil	9.000
0250140-93.2009.8.09.0137	Ministério Público do Estado de Goiás	Ambiental	4.000
5379008-22.2018.8.09.0128	Sobrado Construção Ltda	Civil	4.000
0010469-20.2021.5.18.0010	Ministério Público do Trabalho	Trabalhista	4.000
0010290-17.2020.5.18.0012	STIUEG	Trabalhista	3.957
0279704-45.2015.8.09.0093	Prefeitura Municipal de Jataí	Civil	3.092
0390363-53.2015.8.09.0051	Ministério Público do Estado de Goiás	Civil	3.000
0252088-62.2017.8.09.0146	Município de São Luis dos Montes Belos	Civil	3.000
			797.798

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**30.a – Plano de benefícios previdenciários – Benefício Definido**

O plano de suplementação de aposentadoria 001 (Benefício Definido) é administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da SANEAGO – PREVSAN, custeado por contribuições dos participantes ativos, vinculados, assistidos e da Patrocinadora Saneago. De acordo com o regulamento do plano, a contribuição mensal da Patrocinadora é em igual valor das contribuições vertidas pelos participantes ativos, mantendo a paridade de um para um.

Os benefícios oferecidos aos empregados optantes pelo Plano Previdenciário 001 são os seguintes: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Contribuição, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Pensão, Suplementação de Abono Anual, Benefício Proporcional Diferido. Estes levam em consideração o Salário Real de Benefício, equivalente à média dos Salários de Contribuição ao Plano e o valor do benefício pago pela Previdência Oficial.

Para elaboração dos estudos, foram efetuadas avaliações atuariais na data base de 31 de outubro de 2021:

	Em R\$
Ativo total	1.150.563
(-) Exigível Operacional	(12.927)
(-) Fundos Administrativos	(35.853)
(-) Fundos de Investimentos	(2.942)
(=) Patrimônio de Cobertura do plano	1.098.841
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parcela BD)	(17.057)
(=) Valor justo dos ativos do plano	1.081.784
Proporção das obrigações ref. empresa	100%
Valor justo dos ativos	1.081.784

Sendo o Passivo/Ativo Líquido:

Apuração do Passivo (Ativo) líquido	31/12/2021	31/12/2020
1 Déficit/(Superávit) apurado		
1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.103.173	1.184.225
2 Valor justo dos ativos do plano	(1.081.784)	(1.147.023)
3 Déficit/(Superávit) apurado	21.389	37.202
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais		
1 Efeito do Teto de Ativo	-	-
2 Passivos Adicionais	-	-
3 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)		
1 Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	21.389	37.202

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, percebe-se uma desvalorização dos Ativos junto a uma redução nas obrigações atuariais apuradas no plano previdenciário do ano de 2020 para o ano de 2021, portanto os recursos existentes no plano previdenciário em 31 de outubro de 2021 ainda não são suficientes para garantir o pagamento dos compromissos do plano, apresentando assim um passivo atuarial em 2021 de R\$21.389.

Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação do CPC 33(R1) com a finalidade de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar os benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras dessa. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais. Em 2020 para o cálculo da média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios futuros do plano de benefícios do Passivo, foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas atuariais.

Premissas em	31/12/2021	31/12/2020
Taxa real de desconto atuarial	5,48%	3,66%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,48%	3,66%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,20%	3,30%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento / HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	5,03%	3,32%
Inflação esperada	10,79%	7,10%
Taxa de desconto nominal	10,79%	7,10%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	8,39%	6,73%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,03%	3,32%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	BR-EMSSb-2015, segregada por sexo	BR-EMSSb-2015, segregada por sexo
Mortalidade geral	MI-85 segregada por Sexo	MI-85 segregada por Sexo
Mortalidade de inválidos	TASA 27	TASA 27
Entrada em invalidez	1,50% a.a. Linear	1,00% a.a. Linear